


## A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES CONJUGAIS: MARCAS PRESENTES DO PATRIARCADO

VIOLENCE IN MARITAL RELATIONS: PRESENT TRACES OF PATRIARCHY

VIOLENCIA EM LAS RELACIONES MATRIMONIALES: HUELLAS ACTUALES DEL PATRIARCADO

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-234>

Data de submissão: 23/08/2025

Data de publicação: 23/09/2025

**Jacqueline Meireles Valiense**

Doutoranda em Memória: Linguagem e Sociedade  
Instituição: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

E-mail: [jacqueline.meireles@hotmail.com](mailto:jacqueline.meireles@hotmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0555-9706>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7975277180235407>

**Tânia Rocha Andrade Cunha**

Doutora em Ciências Sociais  
Instituição: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

E-mail: [tania.rochandrade@gmail.com](mailto:tania.rochandrade@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6120-1346>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6284972449208137>

### RESUMO

A violência nas relações conjugais é um fenômeno multifacetado e de elevada relevância social, afetando profundamente a vida de inúmeras mulheres, ocorre, na maioria das vezes, no ambiente doméstico. Essa violência pode ser considerada como uma herança deixada pelo patriarcalismo, enquanto sistema social e cultural, frequentemente compreendido como uma estrutura histórica e simbólica que organiza as relações de poder entre os gêneros, privilegiando os homens e subordinando as mulheres. Sendo assim, este artigo tem como objetivo discutir a violência nas relações conjugais como marcas ainda presentes do patriarcado. Haja vista que a compreensão dessas raízes históricas se torna fundamental para questionar as estruturas atuais de poder e para promover mudanças significativas rumo à igualdade de gênero. Os resultados apontam que o enfrentamento ao patriarcado exige uma reestruturação ampla e profunda dos sistemas de poder, como a criação de políticas públicas que levem em consideração as diferentes experiências de opressão, bem como a promoção de espaços de diálogo e educação que desafiem as normas patriarcais e incentivem novas práticas de convivência e equidade.

**Palavras-chave:** Violência. Mulheres. Conjugalidade. Patriarcado.

### ABSTRACT

Violence in marital relationships is a multifaceted phenomenon of high social relevance, profoundly affecting the lives of countless women, and most often occurring in the domestic environment. This violence can be considered a legacy left by patriarchy, as a social and cultural system, often understood as a historical and symbolic structure that organizes power relations between genders, privileging men and subordinating women. Therefore, this article aims to discuss violence in marital relationships as

a persistent hallmark of patriarchy. Understanding these historical roots is crucial to challenging current power structures and promoting meaningful change toward gender equality. The results indicate that confronting patriarchy requires a broad and profound restructuring of power systems, such as the creation of public policies that take into account different experiences of oppression, as well as the promotion of spaces for dialogue and education that challenge patriarchal norms and encourage new practices of coexistence and equality.

**Keywords:** Violence. Women. Conjuality. Patriarchy.

## **RESUMEN**

La violencia en las relaciones domésticas es un fenómeno multifacético y de gran relevancia social, que afecta profundamente la vida de innumerables mujeres y ocurre con mayor frecuencia en el ámbito doméstico. Esta violencia puede considerarse un legado dejado por el patriarcado, como sistema social y cultural, entendido a menudo como una estructura histórica y simbólica que organiza las relaciones de poder entre los géneros, privilegiando a los hombres y subordinando a las mujeres. Por lo tanto, este artículo pretende analizar la violencia en las relaciones de pareja como un sello distintivo persistente del patriarcado. Comprender estas raíces históricas es crucial para desafiar las estructuras de poder actuales y promover un cambio significativo hacia la igualdad de género. Los resultados indican que enfrentar el patriarcado requiere una reestructuración amplia y profunda de los sistemas de poder, como la creación de políticas públicas que tomen en cuenta las diferentes experiencias de opresión, así como la promoción de espacios de diálogo y educación que desafíen las normas patriarcales y fomenten nuevas prácticas de convivencia e igualdad.

**Palabras clave:** Violencia. Mujeres. Conyugalidad. Patriarcado.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência nas relações conjugais é um fenômeno multifacetado e de discussão de elevada relevância social, uma vez que esse contexto afeta profundamente a vida de inúmeras mulheres. A definição de violência, no entanto, revela-se uma tarefa desafiadora, dada a pluralidade de formas que ela pode assumir. Além da agressão física, a violência pode se manifestar em dimensões psicológicas, sexuais, patrimoniais institucionais e até mesmo por meio da omissão, como quando se negligenciam ações necessárias.

A violência conjugal pode se manifestar por meio de diferentes formas de agressão, desde as mais explícitas, como a violência física e a violência sexual, até aquelas de natureza simbólica, menos visíveis, mas igualmente destrutivas. Conforme observa Cunha (2007, p. 87), esse tipo de violência envolve “a violência física e a violência sexual com rituais e cenas explícitas de agressões verbais quanto à violência simbólica, sua dimensão invisível, que se projeta no campo psicológico e moral [...]”, elementos que caracterizam os cenários marcados por relações conjugais violentas.

A violência psicológica, frequentemente invisível aos olhos de terceiros, mas profundamente lesiva à subjetividade da vítima. É um tipo de agressão que atinge o campo emocional, comprometendo a autonomia, a autoestima e o equilíbrio psíquico das mulheres em situação de violência conjugal.

A violência patrimonial se expressa através do controle, destruição ou retenção de bens, documentos e recursos financeiros, atuando como mais uma estratégia de dominação e cerceamento da autonomia da vítima. Ela pode ser compreendida como o conjunto de ações que visam restringir ou eliminar a autonomia econômica da mulher, por meio da subtração, destruição ou retenção de seus bens, documentos, valores, instrumentos de trabalho ou quaisquer recursos que garantam sua subsistência. Essa prática é frequentemente utilizada como uma estratégia para manter a vítima sob controle e dependência financeira, especialmente em contextos de separação ou ruptura conjugal, também é denominada como violência econômica.

Nesse sentido, Ando e Ando (2008) ressaltam que a violência não possui um significado único e objetivo, sendo um fenômeno complexo e multifatorial que exige análises aprofundadas para sua plena compreensão.

A violência contra a mulher ocorre, na maioria das vezes, no ambiente doméstico, desafiando a concepção tradicional do lar como espaço seguro. Os agressores são, frequentemente, pessoas com vínculos afetivos ou de convivência com a vítima. Embora a violência se manifeste no espaço privado, ela possui natureza pública e deve ser enfrentada como uma questão coletiva, visto que, segundo Cunha (2007, p. 55) “tanto atividades públicas quanto privadas podem acontecer simultaneamente em todos os espaços sociais”.

A complexidade do fenômeno exige que se reconheçam, além das formas explícitas, também as práticas sutis e silenciosas que perpetuam o problema, demandando medidas que promovam relações mais equitativas e seguras. A superação da violência doméstica exige, portanto, uma transformação nos paradigmas sociais que sustentam a desigualdade de gênero.

Nesse sentido, o patriarcado, enquanto sistema social e cultural é frequentemente compreendido como uma estrutura histórica e simbólica que organiza as relações de poder entre os gêneros, privilegiando os homens e subordinando as mulheres. Suas raízes remontam a períodos da pré-história e da formação das primeiras sociedades organizadas, sendo associado às transformações econômicas, políticas e culturais, que moldaram as estruturas sociais e são marcas presentes até os dias atuais.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo discutir a violência nas relações conjugais como marcas ainda presentes do patriarcado. Haja vista que a compreensão dessas raízes históricas se torna fundamental para questionar as estruturas atuais de poder e para promover mudanças significativas rumo à igualdade de gênero.

## **2 PATRIARCADO E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO**

A transição de sociedades nômades para sociedades agrícolas transformou profundamente as dinâmicas de poder, atribuindo ao homem o controle sobre os recursos produtivos e, conseqüentemente, sobre os corpos femininos. A concepção da mulher como propriedade do homem foi institucionalizada nesse contexto, resultando em uma hierarquia de gênero que subjuguou o feminino e limitou sua participação ativa na esfera pública.

Além disso, a centralidade do patriarca como figura de autoridade e o controle sobre a sexualidade feminina foram fatores determinantes na perpetuação de normas culturais que moldaram as relações entre os sexos. Esse modelo hierárquico ultrapassou os limites das aldeias e cidades, tornando-se uma base estruturante para diversas sociedades ao longo da história. É nesse contexto que se compreende a origem da dominação masculina, caracterizada não apenas pelo uso da força física, mas também pela legitimação cultural e social de um regime que relegava as mulheres ao espaço privado e ao papel de reprodutoras.

A era do patriarcado, portanto, não representou apenas uma reorganização econômica ou territorial, mas um processo de naturalização da desigualdade entre os sexos. A partir desse ponto, a subordinação feminina foi sistematicamente intensificada por narrativas que atribuíram ao homem o papel de provedor e à mulher o de dependente, criando um cenário de opressão que atravessou os séculos e ainda encontra eco nas relações sociais contemporâneas.

A construção histórica do patriarcado consolidou não apenas uma hierarquia entre os gêneros, mas também uma divisão rígida entre os espaços público e privado. Essa separação, ao atribuir ao homem o papel de liderança nas esferas de poder e à mulher a responsabilidade pelo cuidado e manutenção da esfera doméstica, naturalizou a desigualdade de gênero como uma ordem social incontestável. Um modelo hierárquico, que encontra suas raízes em estruturas históricas e culturais profundamente arraigadas, que ainda influencia as relações sociais contemporâneas, perpetuando dinâmicas de poder assimétricas que limitam a participação das mulheres nos espaços de decisão. Nesse sentido, Saffioti observa que:

Na medida em que a ordem patriarcal naturalizou a desigualdade de gênero, ela consolidou a divisão entre os espaços público e privado, atribuindo ao masculino o domínio das esferas de poder e relegando o feminino à invisibilidade no espaço doméstico. Essa estrutura hierárquica, embora historicamente construída, continua a influenciar profundamente as relações sociais contemporâneas. (Saffioti, 2004, p. 68).

Historicamente, o surgimento do patriarcado é vinculado à transição das sociedades coletoras e caçadoras para as sociedades agrícolas. Nesse contexto, o controle sobre a terra, os recursos e a reprodução passaram a se concentrar nas mãos dos homens, consolidando uma hierarquia baseada no gênero. Segundo Lerner (2019), o desenvolvimento das sociedades agrícolas trouxe consigo uma divisão de trabalho mais rígida, na qual as mulheres foram relegadas às atividades associadas ao espaço doméstico, enquanto os homens assumiram papéis de liderança econômica e política.

Além de o patriarcado está intimamente relacionado às noções de controle sobre a reprodução e a sexualidade feminina, o desenvolvimento do capitalismo foi um acontecimento que desempenhou um papel crucial para a consolidação e domínio do patriarcado. E, sob esta ótica, a acumulação primitiva se constituiu como um elemento essencial para a expansão capitalista, visto que foi baseada na exploração do corpo e do trabalho feminino, além de perpetuar uma divisão de gênero que marginalizou as mulheres (Lerner, 2029).

Em uma perspectiva de dimensão simbólica do patriarcado, Bourdieu (2002, p. 7) destaca a violência simbólica como “uma violência suave, insensível, invisível para suas próprias vítimas, exercida essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou, mais precisamente, do desconhecimento”. O autor afirma que as estruturas patriarcais são internalizadas tanto por homens quanto por mulheres, perpetuando-se através de práticas sociais que naturalizam a dominação masculina.

Assim, o patriarcado não se limita a uma organização material das sociedades, mas atua no nível subjetivo, moldando profundamente os valores, as crenças e os comportamentos que

sustentam as relações de poder. Ele condiciona o imaginário social, ao naturalizar a hierarquia de gênero, apresentando-a como parte intrínseca da ordem social, diferentemente de uma construção histórica e cultural. Essa internalização das normas patriarcais perpetua desigualdades, que reforçam papéis de gênero tradicionais e inquestionáveis, restringindo tanto a autonomia das mulheres quanto a possibilidade de transformação dessas dinâmicas.

Nesse sentido, os sistemas religiosos desempenharam um importante papel no fortalecimento dessas hierarquias. Ao longo da história, muitas doutrinas religiosas foram instrumentalizadas para justificar a subordinação das mulheres, consolidando a autoridade masculina como reflexo de uma vontade divina. Essa legitimação transcendental do poder masculino reforçou a exclusão das mulheres dos espaços públicos e de decisão, limitando seu papel à esfera privada.

Sob essa ótica, Lerner (2019, p. 164) afirma que “a religião foi um dos instrumentos mais poderosos na institucionalização da desigualdade de gênero, promovendo ideologias que restringiram as mulheres ao espaço privado e negaram sua participação nos processos decisórios”. Assim, a associação entre o patriarcado e as tradições religiosas consolidou as desigualdades de gênero, criando uma base ideológica que sustentou as estruturas de opressão ao longo dos séculos.

Dessa forma, o enfrentamento ao patriarcado exige mais do que mudanças pontuais ou reformas isoladas, requer uma reestruturação ampla e profunda dos sistemas de poder. Isso inclui a criação de políticas públicas que levem em consideração as diferentes experiências de opressão, bem como a promoção de espaços de diálogo e educação que desafiem as normas patriarcais e incentivem novas práticas de convivência e equidade.

### **3 PATRIARCADO E INTERSECCIONALIDADE**

O patriarcado, enquanto estrutura histórica, não é um fenômeno uniforme, uma vez que assume diferentes formas em contextos sociais, culturais e históricos diversos, sendo moldado pelas especificidades de cada sociedade. A pesquisadora bell hooks<sup>1</sup> (2000) enfatiza que o patriarcado não opera de forma isolada, mas está profundamente interligado a outros sistemas de opressão, como o racismo, o classismo e outras formas de hierarquias estruturais.

Para hooks (2000), essa interconexão entre as opressões não apenas amplifica as desigualdades de gênero, mas também cria camadas adicionais de vulnerabilidade para mulheres que pertencem a grupos marginalizados. Por exemplo, o patriarcado, enquanto poder manifestado de

---

<sup>1</sup> A grafia em letras minúsculas do nome da professora, teórica feminista, artista e ativista antirracista bell hooks se refere a sua própria escolha política, ela prefere ser lembrada pelas suas ações feministas e antirracistas do que pelo próprio nome.

forma predominante como dominação masculina em uma sociedade, é também influenciado por outros fatores como raça e classe, que determinam as experiências individuais das mulheres.

Mulheres negras, indígenas e de comunidades de baixa renda frequentemente enfrentam uma dupla ou até tripla camada de opressão: a do patriarcado (gênero), combinada ao racismo e à desigualdade econômica. Esses sistemas de opressão, de acordo com hooks (2000) se fortalecem mutuamente, criando um forte ciclo de marginalização de difícil rompimento.

Essa abordagem interseccional permite reconhecer que nem todas as mulheres vivenciam o patriarcado da mesma forma. Por exemplo, enquanto mulheres brancas de camadas mais altas podem experimentar formas de exclusão predominantemente associadas ao gênero, mulheres de camadas populares ou racializadas vivenciam um entrelaçamento mais complexo de opressões. De acordo com hooks:

As mulheres são o grupo mais vitimizado pela opressão sexista. Assim como outras formas de opressão de grupo, o sexismo é perpetuado por estruturas institucionais e sociais; pelos indivíduos que dominam, exploram ou oprimem; e pelas próprias vítimas que são socializadas para se comportar de maneiras que as fazem agir em cumplicidade com o status quo. A ideologia da supremacia masculina incentiva as mulheres a acreditarem que não temos valor e obtemos valor apenas nos relacionando ou nos unindo a homens. Somos ensinadas que nossos relacionamentos umas com as outras diminuem em vez de enriquecer nossa experiência. Somos ensinadas que as mulheres são inimigas "naturais", que a solidariedade nunca existirá entre nós, porque não podemos, não devemos e não nos unimos umas às outras. Aprendemos bem essas lições. Devemos desaprendê-las se quisermos construir um movimento feminista sustentável. Devemos aprender a viver e trabalhar em solidariedade. Devemos aprender o verdadeiro significado e valor da Irmandade. (Hooks, 2000, p. 43)<sup>2</sup>.

Nesse contexto, compreender o patriarcado como parte de um sistema mais amplo de desigualdades sociais e que mantém seus tentáculos nos dias atuais é essencial para uma análise mais completa das dinâmicas de poder. Não se trata apenas de dismantelar as bases do patriarcado, mas de também questionar os alicerces da violência de gênero, do racismo, do classismo e de outras formas de opressão que estão interligadas a ele.

A abordagem de hooks (2000) contribui significativamente para expandir o debate sobre a desigualdade de gênero, desafiando perspectivas que tratam o patriarcado de maneira isolada e monolítica, e nos impulsionando a considerar as múltiplas dimensões da experiência feminina no mundo contemporâneo. A perspectiva interseccional destacada pela autora não apenas amplia o escopo da análise sobre o patriarcado, mas também convida à reflexão sobre as respostas políticas e sociais que podem ser implementadas para combater as desigualdades de gênero.

---

<sup>2</sup> Tradução da autora.



Outras autoras, como Davis (2016), corroboram essa análise ao explorar como o patriarcado, o capitalismo e o racismo formam uma tríade que sustenta e fortifica estruturas opressivas de poder. Davis (2016) ressalta que a luta feminista precisa ser articulada de forma integrada às lutas antirracistas e anticapitalistas, uma vez que esses sistemas operam conjuntamente para marginalizar grupos específicos de mulheres.

Davis (2016, p. 45) enfatiza que "o feminismo sem a crítica ao racismo e ao capitalismo torna-se limitado, incapaz de atingir todas as mulheres e transformar verdadeiramente a sociedade". Assim, a autora chama a atenção que a ausência histórica de mulheres em espaços de poder político não é uma simples questão de representatividade, mas de estratégia política de pois, uma vez que "as mulheres, particularmente as mulheres negras, sempre tiveram suas lutas por justiça social invisibilizadas, mesmo quando estavam na linha de frente desses movimentos" (Davis, 2016, p. 84). Logo, isso evidencia as marcas de sistemas patriarcais estruturais que perpetuam a hegemonia masculina e marginalizam a contribuição feminina.

Davis (2016) destaca que, com a transição das sociedades feudais para o capitalismo, houve um esforço deliberado para redefinir os papéis de gênero, restringindo as mulheres ao espaço doméstico e atribuindo-lhes funções associadas à reprodução e à manutenção da força de trabalho.

Para Federici (2017, p. 83), "a separação entre produção e reprodução, e a identificação desta última com as mulheres, tornou-se uma das bases fundamentais da divisão sexual do trabalho sob o capitalismo". Essa separação foi consolidada por meio da repressão violenta às mulheres, exemplificada pela caça às bruxas na Europa dos séculos XV e XVII, o que Federici (2017) atribui a um mecanismo de controle social. Este período foi considerado vital para a construção do patriarcado moderno, uma vez que reforçou a subordinação das mulheres ao vinculá-las exclusivamente à esfera privada. A autora ressalta que "A caça às bruxas serviu para disciplinar as mulheres, separá-las de suas comunidades e subordiná-las às exigências do novo regime de acumulação capitalista" (Federici, 2017, p. 122).

Historicamente, a dicotomia público/privado se consolidou como parte do sistema patriarcal, desvalorizando o trabalho doméstico e invisibilizando as contribuições femininas no sistema capitalista. Essa desvalorização do trabalho doméstico, segundo Federici (2017, p. 145), "não apenas reforça a divisão sexual do trabalho, mas também consolida a ideologia patriarcal que naturaliza a subordinação das mulheres". Ou seja, essa desvalorização não é acidental, ela corresponde a uma estratégia em manter socialmente as mulheres em uma posição de dependência econômica e política.

A análise de Federici (2017) revela que o patriarcado não se restringe a uma estrutura de opressão de gênero, mas um componente intrínseco do capitalismo. Essa compreensão é fundamental



para desvendar as raízes históricas da desigualdade de gênero e para propor alternativas que desafiem as bases materiais e simbólicas do sistema patriarcal.

Nesse contexto, a articulação entre patriarcado e capitalismo não pode ser compreendida de forma isolada das múltiplas opressões que estrutura a sociedade. A interseção entre gênero, raça e classe evidencia como esses sistemas de dominação operam conjuntamente para aprofundar as desigualdades. No Brasil, em particular, o patriarcado assumiu contornos específicos ao se entrelaçar com o legado colonial, cuja exploração econômica esteve diretamente ligada à subjugação de mulheres negras e indígenas. Essa perspectiva amplia a compreensão da opressão de gênero apontando como fatores históricos e culturais moldaram as dinâmicas patriarcais, resultando em uma hierarquia social que permanece influente até os dias atuais (Federici, 2017).

A interseccionalidade entre gênero, raça e classe torna-se fundamental para compreendermos a violência nas relações conjugais foram moldadas pelas configurações patriarcais nos diferentes contextos culturais e históricos da sociedade. No Brasil, o legado colonial desempenhou um papel significativo na construção de hierarquias de gênero e raça, criando um sistema em que as mulheres negras, escravizadas e suas descendentes foram relegadas aos papéis mais precarizados e explorados. Esse passado histórico ainda reverbera nas estruturas sociais contemporâneas, como mostram os estudos de Carneiro (2011). A autora aponta que a interseção entre gênero e raça exacerba as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras, especialmente no acesso a direitos e oportunidades. Para Carneiro (2011, p. 54), “o patriarcado no Brasil se expressa de forma multifacetada, reproduzindo as desigualdades de gênero de maneira ainda mais severa para as mulheres racializada”.

A interseção entre gênero e raça demonstra como as desigualdades estruturais do patriarcado não operam isoladamente, mas em articulação com outras formas de opressão, como o racismo e o classismo. Essas estruturas intensificam a exclusão das mulheres, particularmente das mulheres negras e periféricas, de espaços de poder e decisão, perpetuando um sistema de hierarquias que privilegia a masculinidade e mantém as mulheres em posições de subordinação.

A dominação masculina, enquanto elemento estruturante do patriarcado, desempenha um papel central na perpetuação das desigualdades de gênero, desdobrando-se para a violência nas relações conjugais. Conforme apontado por Bourdieu (2002), essa forma de dominação é sustentada por uma "violência simbólica" que opera de maneira quase invisível, naturalizando a hierarquia de gênero e perpetuando a subordinação das mulheres. Segundo o autor, "a ordem masculina está tão profundamente enraizada no nosso inconsciente coletivo que é quase impossível para nós vê-la" (Bourdieu, 2002, p. 5).

A violência simbólica é exercida tanto no plano individual quanto nas estruturas institucionais, criando barreiras que limitam o acesso das mulheres a espaços de poder e decisão. No âmbito privado, a dominação masculina se manifesta nas relações conjugais, nas quais os papéis de gênero são frequentemente moldados por normas patriarcais que delegam às mulheres responsabilidades como cuidado, reprodução e manutenção do lar. Essas expectativas sociais não apenas restringem a autonomia feminina, mas também reforçam a ideia de que o espaço doméstico é um domínio feminino, enquanto o espaço público, associado à esfera do trabalho e do poder, é reservado aos homens. Nas esferas públicas, a dominação masculina assume formas mais evidentes, como a exclusão das mulheres de posições de liderança política, econômica e cultural. Essa exclusão é sustentada por mecanismos formais e informais que desestimulam ou dificultam a ascensão feminina.

O patriarcado também molda as relações de poder por meio da internalização de normas culturais que atribuem às mulheres papéis de subordinação, muitas vezes aceitos como naturais por ambos os gêneros. Conforme Bourdieu (2002, p. 15), "a dominação masculina encontra sua força não apenas na imposição, mas na aceitação tácita das normas que governam as relações entre os sexos". Essa naturalização da desigualdade dificulta a percepção das mulheres como sujeitos políticos plenos, capazes de exercer poder e liderança em igualdade de condições com os homens.

A análise das esferas públicas e privadas revela que o patriarcado opera de forma abrangente, moldando desde as relações interpessoais até as estruturas sociais e políticas. No contexto brasileiro, essas dinâmicas são intensificadas por fatores como o racismo estrutural e as desigualdades socioeconômicas, que colocam as mulheres negras em posições ainda mais vulneráveis. É importante destacar que a perpetuação da dominação masculina é viabilizada por uma combinação de fatores históricos, culturais e institucionais. A transformação dessa realidade exige não apenas o questionamento das normas patriarcais, mas também a implementação de políticas públicas que promovam a equidade de gênero e o reconhecimento do valor do trabalho feminino em todas as esferas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A compreensão sobre a violência conjugal requer uma abordagem interseccional e relacional, que leve em consideração as estruturas simbólicas e materiais que sustentam a desigualdade de gênero no contexto das relações íntimas. Tal compreensão é fundamental para identificar as formas específicas de danos causados por essa violência. A violência conjugal envolve múltiplas formas de controle e dominação dentro da relação íntima, muitas vezes se estendendo mesmo após o término da convivência. Isso evidencia como o vínculo afetivo, quando atravessado por práticas

abusivas e patriarcais, pode produzir efeitos duradouros na subjetividade da mulher, alimentando sentimentos persistentes de medo, insegurança e vulnerabilidade.

Os movimentos sociais e estudos sobre relações violentas entre mulheres e homens têm contribuído para a criação de um espaço epistemológico dedicado à análise e à crítica desse fenômeno. Esses esforços influenciam a historiografia feminina, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de um sistema jurídico que proteja efetivamente os direitos humanos das mulheres. Embora formalmente reconhecidos como "direitos universais", as desigualdades de gênero, frequentemente, impedem que esses direitos sejam plenamente realizados e vivenciados.

## REFERÊNCIAS

ANDO, Daniela de Araújo; ANDO, Nilson Massakazu. Crianças e adolescentes em situação de violência: traços inquietantes da contemporaneidade. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, set. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CUNHA, Tânia Rocha Andrade. **O preço do silêncio**: mulheres ricas também sofrem violência. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

HOOKS, Bell. **Feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luíza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**. São Paulo: Cultrix, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.